

ASSUNTO:	Mobilidade intercarreiras na carreira especial de Técnico de Sistemas e Tecnologias de Informação.
Parecer n.º:	INF_USJAAL_SO_15376/2025
Data:	15.12.2025

Pela Exma. Senhora Diretora-Delegada foi solicitado parecer jurídico quanto às seguintes questões:

“1 - Quais são os requisitos legais necessários para que a entidade empregadora pública possa proceder à mobilidade intercarreiras de um trabalhador inserido na carreira geral de Assistente Operacional para a carreira especial de Técnico de Sistemas e Tecnologias de Informação?

2-No âmbito de um procedimento concursal comum ou de um procedimento de mobilidade intercarreiras, poderá um candidato/trabalhador com Licenciatura em Informática de Gestão (2006), conferida pelo Instituto Superior da Maia (ISMAI), ser integrado na carreira especial de Técnico de Sistemas e Tecnologias de Informação, atendendo ao disposto no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 88/2023, de 10 de outubro, considerando a exigência de habilitação de nível 4 ou superior do Quadro Nacional de Qualificações (QNQ), nos termos do ponto 48 Informática da área 4 Ciências, Matemática e Informática da CNAEF?

Em suma, a questão principal é saber se uma licenciatura em Informática de Gestão (nível 6 do QNQ) pode suprir ou substituir a exigência formal de habilitação de nível 4 (Ensino Secundário de dupla certificação ou com estágio profissional de 6 meses), prevista na tabela de qualificações para integração na carreira especial de Técnico de Sistemas e Tecnologias de Informação”.

Cumpre, pois, informar:

I

A mobilidade constitui uma vicissitude modificativa do contrato de trabalho em funções públicas, regulada pelos artigos 92.º a 100.º da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas (LTFP) ¹.

¹ Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, alterada pela Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 84/2015, de 7 de agosto, pela Lei n.º 18/2016, de 20 de junho, pela Lei n.º 42/2016, de 28 de

Como referem Paulo Veiga e Moura e Cátia Arrimar ², em anotação ao artigo 92.º da LTFP, *“a mobilidade constitui, uma manifestação do “ius variandi” no domínio do emprego público, o qual encontra a sua explicação na supremacia da Administração e na eficácia necessária à prossecução do interesse público. Na verdade, a permanente obrigação de prossecução do interesse público que caracteriza os serviços da Administração Pública impede que a relação de emprego público seja estática, antes exigindo uma permanente adaptação ao devir social, pelo que, por razões de maximização de eficiência ou por motivos estritamente económicos, podem ser impostas ou acordadas alterações ao conteúdo do vínculo de emprego público.”*

De facto, a mobilidade consubstancia uma modificação transitória da situação funcional do trabalhador, dentro do mesmo órgão ou serviço, ou entre órgãos ou serviços diferentes, fundada em razões de interesse público, podendo revestir as seguintes modalidades:

- Mobilidade na categoria, para o exercício de funções inerentes à categoria de que o trabalhador é titular, na mesma atividade ou em diferente atividade para que detenha habilitação adequada;
- Mobilidade intercarreiras, para o exercício de funções inerentes a carreira cujo grau de complexidade é igual, superior ou inferior à carreira na qual o trabalhador está inserido;
- Mobilidade intercategorias, para o exercício de funções inerentes a categoria superior ou inferior da carreira de que o trabalhador é titular.

No caso em apreço, encontramos-nos perante uma mobilidade intercarreiras, em que o trabalhador passa a exercer funções que correspondem ao conteúdo funcional de outra carreira distinta daquela de que o trabalhador é titular.

Nesta hipótese, segundo Paulo Veiga e Moura e Cátia Arrimar ³, está-se *“perante uma mobilidade funcional vertical, em que o trabalhador é chamado a executar funções que não integram nem são afins ou funcionalmente ligadas às da sua carreira e categoria, antes se tratando de funções que são próprias de uma carreira diferente, que faz apelo a um grau de complexidade funcional igual ou diferente.”*

dezembro, pela Lei n.º 25/2017, de 30 de maio, pela Lei n.º 70/2017, de 14 de agosto, pela Lei n.º 73/2017, de 16 de agosto, pela Lei n.º 49/2018, de 14 de agosto pela Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 6/2019, de 14 de janeiro, pela Lei n.º 79/2019, de 02 de setembro, pela Lei n.º 82/2019, de 02 de setembro, pela Lei n.º 2/2020, de 31 de março, pelo Decreto-Lei n.º 51/2022, de 26 de julho, pelo Decreto-Lei n.º 84-F/2022, de 16 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 53/2023, de 05 de julho, pelo Decreto-Lei n.º 12/2024, de 10 de janeiro, e pelo Decreto-Lei n.º 13/2024, de 10 de janeiro.

² In “Comentários à Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas”, 1.º volume/Artigos 1º a 240º, Coimbra Editora, págs. 346 e 347.

³ In “Comentários à Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas”, 1.º volume/Artigos 1º a 240º, Coimbra Editora, pág. 349.

Assim, em resposta à primeira questão colocada, esclarece-se que para efetivação da mobilidade intercarreiras do trabalhador, que deverá ocorrer mediante decisão ou acordo, o órgão ou serviço deve assegurar-se do preenchimento cumulativo dos respetivos requisitos legais, a saber:

- a) Da prévia existência de posto de trabalho disponível previsto no mapa de pessoal;
- b) De acordo entre o serviço de origem e de destino (quando a mobilidade ocorra entre distintos órgãos ou serviços);
- c) Da aceitação do trabalhador para a mobilidade;
- d) De que o trabalhador é titular de habilitação adequada para o efeito (cf. artigo 93.º n.º 4 da LTFP);
e
- e) De que sejam observados todos os requisitos especiais legalmente exigidos para o recrutamento na carreira de destino.

Acresce que, se a mobilidade operar entre dois órgãos ou serviços distintos, resulta do disposto no artigo 97.º-A da LTFP, que, no âmbito dos deveres procedimentais exigidos no âmbito da mobilidade de trabalhadores da administração pública, o órgão/serviço de destino está legalmente vinculado à obrigação de divulgar a sua intenção de proceder ao recrutamento com vista ao preenchimento daquele posto de trabalho por esta via, mediante publicitação na Bolsa de Emprego Público (BEP) e na sua página eletrónica.

II

O Decreto-Lei n.º 88/2023, de 10 de outubro, aprovou o regime das carreiras especiais de especialista de sistemas e tecnologias de informação e de técnico de sistemas e tecnologias de informação, e o cargo de consultor de sistemas e tecnologias de informação ⁴

No que concerne ao nível habilitacional exigido para o ingresso na carreira especial de técnico de sistemas e tecnologias de informação, prevê o artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 88/2023, de 10 de outubro, o seguinte:

“Artigo 9.º

Carreira especial de técnico de sistemas e tecnologias de informação

1 - O nível habilitacional exigido para ingresso na carreira especial de técnico de sistemas e tecnologias de informação é o nível 4 ou superior do Quadro Nacional de Qualificações, nos termos do ponto 48 Informática da área 4 Ciências, Matemática e Informática da CNAEF, aprovada pela Portaria n.º 256/2005,

⁴ A dotação de consultores de sistemas e tecnologias de informação foi fixada na Portaria n.º 431/2023, de 13 de dezembro.

de 16 de março, do Catálogo Nacional das Qualificações, previsto no Decreto-Lei n.º 396/2007, de 31 de dezembro, na sua redação atual.

2 - A carreira especial de técnico de sistemas e tecnologias de informação tem o desenvolvimento e a estrutura remuneratória constantes do anexo ii ao presente decreto-lei.

3 - No recrutamento para a carreira especial de técnico de sistemas e tecnologias de informação o empregador público não pode propor aos candidatos a primeira posição remuneratória”.

Assim, o nível habilitacional exigido para ingresso na carreira especial de técnico de sistemas e tecnologias de informação corresponde ao nível 4 ou superior do Quadro Nacional de Qualificações (Ensino secundário obtido por percursos de dupla certificação ou ensino secundário vocacionado para prosseguimento de estudos de nível superior acrescido de estágio profissional - mínimo de 6 meses ⁵), referente à área de estudo de informática, conforme Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação (CNAEF) ⁶

Pelo que, em termos de nível habilitacional exigido para ingresso na carreira especial de técnico de sistemas e tecnologias de informação, se exige cumulativamente:

- Uma **habilitação de nível 4 ou superior** do Quadro Nacional de Qualificações; e
- Que a mesma se insira na **área de estudo de informática**, ou seja, no *“ponto 48 Informática da área 4 Ciências, Matemática e Informática da CNAEF”*.

Dessa forma, decorre da própria letra da lei que é admissível uma habilitação superior ao nível 4, desde que a mesma se insira na área de estudo de informática.

Pelo que uma licenciatura na área da informática de gestão, correspondente ao nível 6 do Quadro Nacional de Qualificações, será habilitação admissível para ingresso na carreira especial de técnico de sistemas e tecnologias de informação, se se comprovar documentalmente que a mesma se insere na área de estudo n.º 48 Informática do grupo 4 Ciências, Matemática e Informática da CNAEF.

⁵ Cf. artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 396/2007, de 31 de dezembro, na sua redação atual, conjugado com o previsto na Portaria n.º 782/2009, de 23 de julho.

⁶ Aprovada pela Portaria n.º 256/2005, de 16 de março.